

HABEAS CORPUS Nº 442.248 - SP (2018/0067159-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CELSO RICARDO RODRIGUES FEIO
ADVOGADO : CELSO RICARDO RODRIGUES FEIO - SP393194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON DOS SANTOS MENEZES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de EDSON DOS SANTOS MENEZES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente "*foi condenado ao cumprimento de 43 (quarenta e três) anos, 1 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias de reclusão, pela prática de extorsão mediante sequestro e três delitos de roubos, todos majorados, com o término da expiação previsto para 5.5.2045, limitado ao dia 7.3.2032, por força do disposto no art. 75 do Código Penal*" (e-STJ fl. 32).

O Magistrado singular deferiu pedido do reeducando de progressão ao regime semiaberto.

Contra essa decisão a acusação interpôs agravo.

Em sessão de julgamento realizada em 22 de março de 2018, a Nona Câmara de Direito Criminal acolheu a preliminar agitada a revogar a progressão de regime prisional e determinar a elaboração de novo exame criminológico com a presença de laudo psiquiátrico, prejudicada a análise do mérito recursal.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 30):

Execução Criminal. Progressão ao regime semiaberto. Cassação. Exame criminológico incompleto. Deferimento sem a presença do parecer psiquiátrico. Inadmissibilidade. Inteligência do art. 7º da LEP. Laudo indispensável para aferição do mérito do reeducando, pois condenado pela prática de crimes graves. Insuficiente o bom comportamento carcerário, o qual não se confunde com aptidão ao convívio social. Aplicação do princípio in dubio pro societate. Precedentes. Preliminar acolhida, prejudicada a análise do mérito recursal.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta o impetrante a ilegalidade, pois a preliminar acolhida não apresenta respaldo técnico, *"haja vista o artigo 7º da Lei de Execuções Penais apenas sugere que a Comissão Técnica avaliadora seja composta por um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social não impondo ao magistrado a observância absoluta de tal preceito, uma vez que o juiz pode fundamentar sua decisão sem sujeitar-se à realização e/ou ao resultado do laudo pericial, de modo que não figura qualquer ilegalidade a ausência de um destes profissionais quando da realização do exame criminológico"* (e-STJ fls. 3/4).

Aduz que a realização do exame criminológico não é requisito para a progressão do regime, *"sendo uma discricionariedade do juiz de acordo com o caso concreto e desde que em decisão devidamente motivada, nos termos da Súmula 439 deste Tribunal Superior de Justiça"* (e-STJ fl. 6).

Alega, ainda, que *"são os técnicos da comissão multidisciplinar da Unidade Prisional os mais capacitados a avaliar a conduta e a personalidade do sentenciado em função de manterem contato constante, quase que diário com os ali custodiados e tampouco se pode indeferir a progressão pretensa ou condicioná-la à realização de exame criminológico com base, exclusivamente, na gravidade do crime, o que iria de encontro aos princípios norteadores de execução da pena"* (e-STJ fls. 23/24).

Diante disso, pede que *"seja concedida a ordem liminar, para que o paciente aguarde no regime semiaberto até parecer final do presente writ e, quando de seu julgamento, seja declarado nulo o V. Acórdão prolatado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, por ausência de fundamentação idônea, o qual cassou a decisão concessória de progressão para o regime semiaberto ao Paciente, mantendo a decisão cassada, em seu exatos termos"* (e-STJ fl. 27).

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 51/53).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 58/71).

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 73/76, manifestou-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Com efeito, em contato telefônico com o Juízo das Execuções Criminais da Comarca de São Vicente/SP (Execução n. 551.382), obteve-se a informação de que, após a realização do exame criminológico em 3/10/2018, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de progressão do paciente ao regime semiaberto, por ausência de requisito subjetivo.

Eis o teor da referida decisão, encaminhada por correio eletrônico, *in verbis*:

Consoante se depreende dos autos, o sentenciado satisfaz o requisito objetivo para progressão ao regime semiaberto.

No tocante ao requisito subjetivo, no entanto, observo que o sentenciado ainda não se mostra preparado para gozar do regime intermediário de cumprimento de pena.

No caso, foi realizada uma avaliação pelo IMESC, com conclusão desfavorável ao sentenciado.

O perito do IMESC concluiu a fls.70 que "o periciando apresenta prejuízo da autocensura, aderência aos valores marginais, discurso egocêntrico, racionalizado, destituído de convicção e de ressonância afetiva: apresenta discernimento sobre seus atos, porém, com crítica comprometida em relação aos atos praticados, gravidade e conseqüências. Demonstra estruturação na criminalidade, pouca capacidade para tolerar contrariedades, frustrações ou privações; não denota valorização às regras e normas sociais ou consideração às demais pessoas, priorizando a satisfação pessoal, mesmo em detrimento aos princípios básicos fundamentais, descaso (embora com conhecimento) aos valores éticos, morais ou sociais; incapacidade de sentir e demonstrar culpa ou arrependimento. Mecanismos contensores em vigor somente pela contenção externa, não reunindo, no momento, as condições subjetivas necessárias para progressão de regime e/ou de se conduzir sem supervisão direta, restrição ou contenção sem tratamento".

Pois bem. No caso, levando-se em conta, em especial, a natureza dos delitos praticados pelo sentenciado, há que se ter cautela redobrada para concessão do benefício pleiteado, razão pela qual, diante da concisão da comissão de avaliação, entendo que não se encontra preenchido o requisito subjetivo para a progressão de regime.

Disso deflui, como consectário lógico, a necessidade de maior lapso temporal no sistema prisional fechado para aferir sua efetiva condição para readaptar-se à vida em sociedade, porquanto a periculosidade evidenciada parece ainda se encontrar em fase de atenuação.

O atestado indicativo de bom comportamento carcerário não se

erige à condição de elemento absoluto e incontrastável para aferição do mérito do sentenciado e conseqüente obtenção do benefício pleiteado.

Exsurge imprescindível, para a obtenção dos benefícios prisionais, a demonstração, pelo sentenciado, de qualidades que levem a vê-lo como preso no caminho da recuperação. Esse comportamento deve ser observado em linha mais estável e prolongada no tempo, adotando-se todos os cuidados para que, ao ser-lhe deferida a benesse, esteja efetivamente em condições boas de merecimento, até porque, nesta fase, qualquer dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade.

Levando-se em conta a gravidade dos delitos praticados pelo sentenciado, havendo dúvida sobre sua conduta quando colocado em regime menos gravoso e existindo possibilidade de nova prática delitiva, por menor que seja, deve ela ser considerada na concessão do benefício.

À luz dessas considerações, não comprovada satisfatoriamente a cessação da periculosidade do reeducando e sua capacidade de reinserção no meio social, inviável a concessão da benesse.

Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado e, por conseguinte, INDEFIRO a progressão para regime menos rigoroso do sentenciado EDSON DOS SANTOS MENEZES.

Dessa forma, é de ser reconhecida a perda do objeto do presente writ em decorrência da alteração da realidade fática dos autos.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE REFORMA DO ACÓRDÃO QUE CASSOU A DECISÃO DE 1º GRAU, QUE DEFERIRA, AO PACIENTE, A PROGRESSÃO DE REGIME, DETERMINANDO O ACÓRDÃO A REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. PERÍCIA JÁ REALIZADA, DESFAVORÁVEL AO PACIENTE. NOVA DECISÃO, INDEFERITÓRIA DA PROGRESSÃO DE REGIME, COM BASE NO EXAME CRIMINOLÓGICO. PREJUDICIALIDADE DO WRIT. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I. Hipótese em que o acórdão impugnado no writ cassou a decisão de 1º Grau, que deferira, ao paciente, a progressão de regime, determinando o acórdão, ainda, a realização de exame criminológico, com prolação de nova decisão, após a perícia.

II. Já realizado o exame criminológico, a despeito da alegada ausência de fundamentação do acórdão que determinou a sua confecção, resta esvaziado o objeto do habeas corpus, uma vez que não há como afastar a conclusão da perícia, sobretudo quando resultou ela desfavorável ao deferimento da progressão prisional, tendo sido prolatada, em 1º Grau, nova decisão indeferitória da

progressão de regime, agora com fundamento no exame criminológico desfavorável ao paciente.

III. Existência de nova decisão – não objeto do pedido de habeas corpus – a justificar a manutenção do paciente em regime mais gravoso. Precedentes do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no HC 168.511/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe de 01/03/2013, grifei).

CRIMINAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME INDEFERIDO PELO JUIZ SINGULAR. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO PELO TRIBUNAL A QUO. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO. DECISÃO NOVA NÃO ATACADA. PREJUDICIALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Hipótese em que o Tribunal a quo não conheceu habeas corpus que impugnava decisão indeferitória da progressão do regime ao paciente, sob alegação da existência de recurso específico e inadequação da via eleita.

II. A superveniência de decisão que indefere o pedido de progressão de regime prisional, esvazia o objeto do presente habeas corpus, o qual se dirigia contra a decisão que determinou a submissão do paciente a exame criminológico.

III. Ordem não conhecida (HC 202.865/SP, relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe de 14/10/2011, grifei).

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME INDEFERIDA PELO JUIZ DA VEC. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. AVALIAÇÃO JÁ REALIZADA. LAUDO DESFAVORÁVEL. NOVA DECISÃO SINGULAR INDEFERINDO O PEDIDO DE PROGRESSÃO, SEM RECURSO DA DEFESA. PREJUDICIALIDADE DO MANDAMUS. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. WRIT PREJUDICADO.

1. Conforme entendimento cristalizado nesta Corte Superior, a realização do exame criminológico pode ser solicitada quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem.

2. In casu, as informações prestadas pelo MM. Juiz da VEC noticiam que o exame criminológico solicitado já foi realizado, com o indeferimento posterior de novo pedido de progressão para o regime semiaberto, por ausência de mérito subjetivo, em razão do laudo desfavorável apresentado, decisão esta não adversada pela defesa; dessa forma, a presente impetração encontra-se prejudicada, porquanto há novo decisum apto a justificar a manutenção do paciente no regime fechado.

3. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

4. Writ prejudicado (HC 164.985/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe de 28/02/2011, grifei).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

